

OS ESQUELETOS INDÍGENAS DE SANTA CATARINA: PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO, DISCURSO E MEDIAÇÃO

Luciana Bergamo Marques

 <http://lattes.cnpq.br/2566407826644145> –  <https://orcid.org/0000-0002-4640-1470>
bergamota.marques@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Cezar Karpinski

 <http://lattes.cnpq.br/3833417126925918> –  <https://orcid.org/0000-0003-2446-0653>
cezarkarpinski@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

RESUMO

Considera a análise crítica dos discursos evocados pelo patrimônio bibliográfico, por parte do profissional da informação bibliotecário, subsídio para a mediação e a apropriação da informação condizentes com o diálogo entre os atores sociais implicados. Aborda a literatura utilizada na compreensão do conceito de patrimônio e da teoria da Análise de Discurso (AD). Apresenta o exercício de AD sobre “Breve notícia sobre tres esqueletos de indigenas brasilienses da Província de Santa Catharina (Brasil)”, de 1867, parte do patrimônio bibliográfico catarinense constante na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem o objetivo de ilustrar o estudo dos significados dos discursos presentes nas obras raras, pelo bibliotecário curador, posto que esse também produz sentidos como mediador da informação. Conclui que identificar a ideologia veiculada na comunicação científica nacional do século XIX pode ser útil na verificação de discursos que subsistem, o que possibilita a mediação especializada, capaz de favorecer a apropriação da informação e contribuir para a conscientização para injustiças sociais que precisam ser reparadas.

Palavras-chave: Patrimônio. Obras raras. Análise de discurso. Profissional da informação. Bibliotecas universitárias.

THE INDIGENOUS SKELETONS OF SANTA CATARINA: BIBLIOGRAPHIC HERITAGE, SPEECH AND MEDIATION

ABSTRACT

It considers the critical analysis of the discourses evoked by the bibliographic heritage, by the librarian information professional, as a subsidy for the mediation and appropriation of information consistent with the dialogue between the social actors involved. It addresses the literature used to understand the concept of heritage and the theory of Discourse Analysis (DA). It presents the AD exercise on “Brief news about three skeletons of indigenous people from the Province of Santa Catharina (Brazil)”, from 1867, part of the bibliographic heritage of Santa Catarina and contained in the University Library of the Federal University of Santa Catarina. It aims to illustrate the study of the meanings of the discourses present in rare books, by the curating librarians, since they also produce meanings as a mediator of information. It concludes that identifying the ideology conveyed by national scientific communication from the 19th century can be useful to verify existing discourses, which enables specialized mediation, able of favoring the appropriation of information and contributing to raising awareness of social injustices that need to be repaired.

Keywords: Heritage. Rare books. Discourse analysis. Information professional. Academic library.

DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/51223>

Recebido em: 12/02/2024.

Aceito em: 21/10/2024.

1 INTRODUÇÃO

Para praticar uma mediação consciente da informação, aquela que promove a apropriação da informação com conscientização das responsabilidades sociais, tanto pelo usuário quanto pelo mediador (Santos; Sousa; Almeida Júnior, 2021), o bibliotecário precisa conhecer o acervo, o que implica no estudo sistemático das obras, não apenas sobre sua materialidade, mas também no nível intelectual (Beffa; Napoleone, 2018). Ainda, a preservação do patrimônio bibliográfico é da alçada do profissional mediador da informação, e seu propósito final, a apropriação da informação, tem influência sobre a construção da memória e, conseqüentemente, da identidade social (Silveira, 2010). Já no âmbito das obras raras, a atuação social do bibliotecário incide na mediação voltada à possibilidade de diálogo entre sujeitos de diferentes realidades sociais, sobre as mesmas fontes de memória, o que aumenta a importância da compreensão dos efeitos do acervo sobre os referenciais identitários.

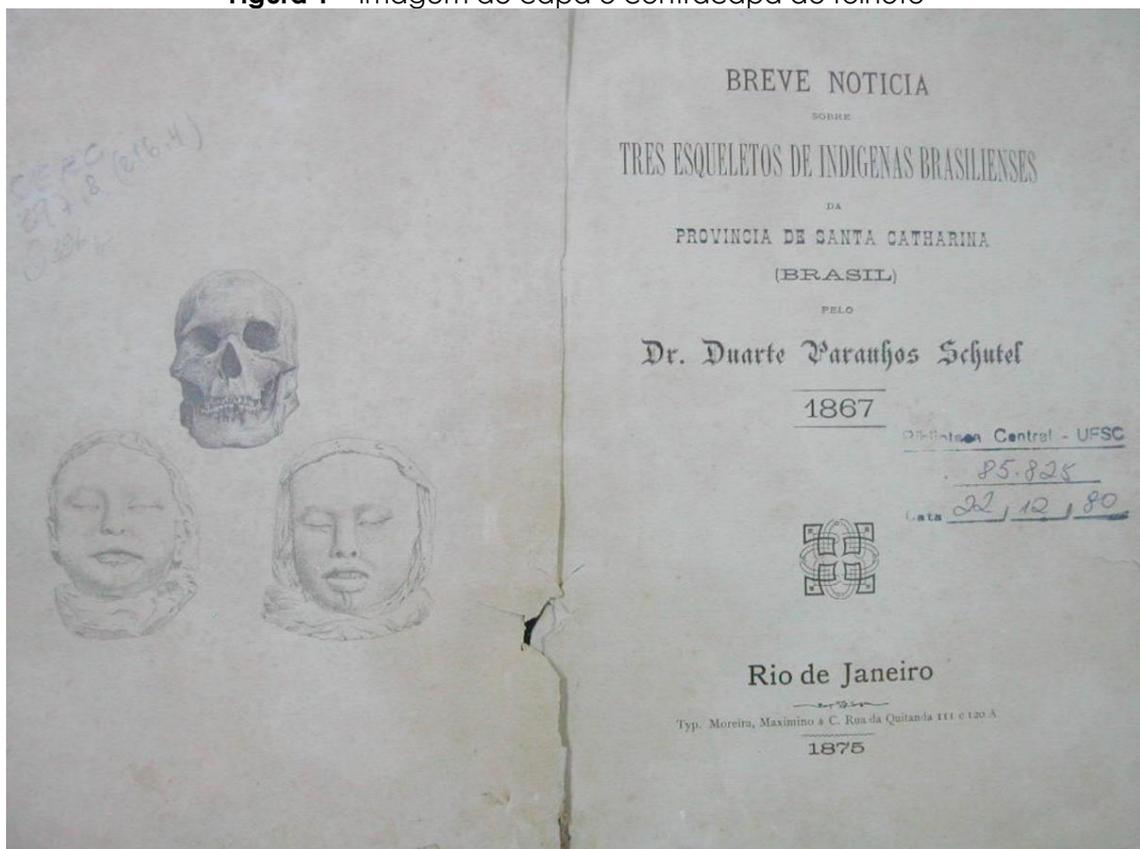
O problema que se levanta, então, consiste na interpretação do patrimônio pelo profissional da informação, como preconizado por Perrotti e Pieruccini (2014, p. 8), para quem “os objetos culturais são signos e, mais que isso, discursos potencialmente capazes de produzir deslocamentos intelectuais, emocionais, afetivos [...]”. Identificar a proveniência de um acervo histórico auxilia na adequada mediação da informação e, conseqüentemente, contribui para a sua preservação. A preservação do patrimônio cultural, por sua vez, é o que possibilita a construção de novas narrativas memoriais, aproveitadas como capital simbólico¹ nas discussões políticas e, portanto, com efeitos sobre toda a sociedade.

Nesse sentido, este artigo apresenta o exercício de Análise do Discurso (AD) sobre um folheto impresso no ano de 1875, com o título “Breve Notícia sobre Três Esqueletos de Indígenas Brasileiros da Província de Santa Catharina (Brasil)”, cuja digitalização da capa é reproduzida na **Figura 1** (Schutel, 1875). Trata-se do relato do Dr. Duarte Paranhos Schutel sobre a origem dos esqueletos indígenas com os quais seu pai havia participado da Exposição Nacional de

¹ Resumidamente, o termo capital simbólico, cunhado por Pierre Bourdieu (1990), refere-se à influência que grupos ou indivíduos exercem sobre outros, por meio dos valores atribuídos às suas instituições, hábitos, títulos, posses etc., e que são interiorizados como estruturas da realidade social.

1867, no Rio de Janeiro. O exemplar consta na Coleção de Obras Raras da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC) a qual reúne obras que pertenceram a personalidades influentes no estado de Santa Catarina e que, assim como o Dr. Schutel, foram intelectuais, políticos e militares, envolvidos com os primórdios da imprensa, a historiografia e a política catarinenses.

Figura 1 – Imagem de capa e contracapa do folheto



Fonte: arquivo digital do catálogo da BU/UFSC (Schutel, 1875).

A relevância da AD sobre uma obra rara, proveniente da elite intelectual brasileira em meados do século XIX, está na possibilidade de uma mediação condizente com o diálogo entre todos os atores sociais envolvidos por aspectos desse patrimônio. O entendimento dado pela teoria do discurso, de que havia uma ideologia constituindo o sujeito como autor, a qual também moldava a linguagem com que elaborava a realidade, pode ajudar a dissipar possíveis julgamentos anacrônicos e evidencia a premissa de uma formação humanista do profissional da informação responsável por documentos históricos. Afinal, trabalhar com rastros do passado, fontes para a memória social, é também disponibilizar acesso a discursos que influenciam a reafirmação, a

fragmentação, a multiplicação, ou mesmo a contradição, da identidade social, seja individual ou coletiva (Silveira, 2010).

Conclui-se que a AD, aplicada ao patrimônio bibliográfico, como à obra que serviu a esta análise, possibilita uma mediação perspicaz e progressista, sendo um primeiro passo para que os curadores contribuam com a política de reparação de injustiças sociais e para a negociação de novas representações a partir dessas fontes.

2 MÉTODO

Publicações do século XIX costumam ser selecionadas como obras raras nas bibliotecas universitárias brasileiras, constituindo fontes para a memória social, também objeto da Ciência da Informação (CI)². Sendo essas obras provenientes de autoridades renomadas, é necessário seu estudo para uma mediação da informação específica, sob o risco de não apropriação do patrimônio cultural pelos usuários, e a falha no protagonismo social visado pela CI (Castro; Almeida Júnior, 2022; García Gutiérrez, 2003; Gomes, 2020; Rasteli; Caldas, 2017; Souza; Crippa, 2009). Por isso, buscou-se exemplificar uma pesquisa e a reflexão que poderiam fornecer subsídios à mediação da informação como prática emancipatória.

As universidades e as instituições de memória têm buscado acompanhar o interesse público por uma virada decolonial, participando de agendas de reparação histórica. Este trabalho trilha esse caminho, com uma perspectiva social que abrange o pensamento decolonial na CI, como proposto por Righetto e Karpinski (2021). Ainda, segue-se a recomendação de Duque-Cardona (2020), a qual destaca a necessidade de desenvolver a CI no contexto universitário em consonância com a sociedade circundante, priorizando estudos históricos, territoriais e socioculturais para se diminuir a lacuna entre as orientações teóricas e as informações pertinentes a essa sociedade.

Para se alcançar o objetivo geral de “ilustrar o estudo dos significados e efeitos das obras raras, pelos curadores”, a pesquisa foi desenhada com base em três objetivos parciais: a) apresentar as concepções teóricas de patrimônio; b) explicar o procedimento de AD; e c) caracterizar o contexto de produção e

²Haja vista a criação dos Grupo de Trabalho 9 e 10 nas edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) de 2009 e 2010, respectivamente, evidenciando a progressiva inclusão de temáticas de pesquisa voltadas ao patrimônio e à memória na área.

circulação da obra e aplicar o procedimento de análise descrito em Orlandi (2015) sobre o texto do exemplar selecionado.

Os dois primeiros objetivos, cujos resultados estão contemplados nas subseções '3.1 Patrimônio como testemunho eleito do passado' e '3.2 Análise de discurso como método para a interpretação de sentidos', visaram situar as interconexões entre objetos de estudo da CI, no que tange à temática do patrimônio bibliográfico, e a técnica de AD. A seleção das fontes bibliográficas se deu de forma sistemática, partindo de referências estudadas em disciplinas sobre as temáticas 'patrimônio' e 'AD' no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC (PGCI/UFSC).

O terceiro objetivo parcial, resultou na subseção '3.3 Do documento ao discurso', descrevendo as informações obtidas a partir da materialidade do exemplar e do contexto da coleção da qual faz parte, além da aplicação do dispositivo de AD, conforme a síntese proposta pela linguista brasileira Eni Puccinelli Orlandi (2015). A partir de elementos específicos, esta etapa buscou compreender o discurso que se estrutura em regras linguísticas, permeadas pela construção histórica do assunto tratado e, principalmente, pelas ideologias dominantes. O resultado desta última e mais importante etapa da pesquisa deslinda visões de mundo hoje consideradas racistas, eugênicas, eurocêntricas e, por suposto, equivocadas do discurso científico acerca dos esqueletos indígenas.

3 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados aos três objetivos parciais propostos para se evidenciar a conexão entre a AD e o patrimônio bibliográfico, e sua aplicação na compreensão de obras históricas pelo curador.

3.1 Patrimônio como testemunho eleito do passado

O termo patrimônio, originalmente, referia-se ao conjunto de posses e títulos conquistados ou recebidos pelos homens de seu patriarca, em uma estrutura familiar. Esse termo foi aproveitado no Ocidente por volta do Renascimento, na expressão "patrimônio histórico", passando a designar, também, heranças materiais e culturais transmitidas às gerações subsequentes. Atualmente, o sentido dessa expressão pode abranger todo o conhecimento e

a cultura desenvolvidos pela humanidade ao longo de sua história. Contudo, devido ao contexto de imperialismo, a maior parcela desse patrimônio que vem recebendo visibilidade e, em decorrência, obras de restauro e preservação, está no Norte Global.

Françoise Choay (2006) nos adverte para a necessidade de crítica à veneração que se dedica ao patrimônio histórico, na medida em que nos revela um sintoma da atualidade em relação ao passado. Para entender como o significado de patrimônio histórico foi construído ao longo do tempo, a autora discorre sobre as edificações, fazendo a distinção entre monumento e monumento histórico, origem da noção de patrimônio.

Assim, para Choay (2006), monumento é a denominação ao que é “edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (Choay, 2006, p. 18). Os monumentos servem à manutenção da identidade de uma coletividade ao materializarem uma referência da sua origem comum, sendo que, praticamente, todas sociedades construíram monumentos para promover determinadas memórias. Na formação dos Estados nacionais, o monumento era usado para demonstrar grandeza, beleza e poder, pois era essa a memória intencionada (Choay, 2006). Atualmente, está em desuso a construção de monumentos para legitimar e difundir sentidos de memória, sendo utilizados os inúmeros meios de comunicação para tal (Choay, 2006, p. 25).

Diferente do “monumento”, o “monumento histórico” não é concebido como símbolo de rememoração, mas selecionado posteriormente, dentre as construções existentes, para servir de testemunho sobre o seu passado, como ocorreu quando os europeus passaram a valorizar resquícios materiais da Antiguidade. Contudo, foi com a necessidade de reunir recursos financeiros e gerir os bens do Estado nacional, que as primeiras repúblicas francesas instituíram o patrimônio, técnica e juridicamente, por meio do tombamento, do inventário e da conservação, de modo que a patrimonialização se tornou a forma preferencial de expressão da memória nacional no Ocidente (Choay, 2006).

O patrimônio bibliográfico, por sua vez, é o conjunto das espécies bibliográficas (livros, folhetos, manuscritos, jornais etc.) acumuladas no tempo e

que são associadas, pelos grupos sociais, ao seu patrimônio cultural (Palma Peña, 2011). Quando esses grupos acreditam que determinados documentos bibliográficos devem persistir na história, informando dos conhecimentos, dos pensamentos, e da arte dos seus antepassados, tais documentos compõem sua herança cultural.

Uma vez que bibliotecas universitárias se incluem como custodiadoras do patrimônio bibliográfico constituído por obras raras, o bibliotecário incumbido de geri-lo também deve entender os possíveis efeitos de sentido em relação aos usuários, ao que ajuda conhecer sua origem. Esses acervos normalmente constam em coleções doadas por antigos professores da instituição ou por sua família, após sua aposentadoria ou seu falecimento, como relatou Byrd, já em 1957, sobre as obras raras em bibliotecas dos Estados Unidos da América (Byrd, 1957 *apud* Rodrigues; Vian; Teixeira, 2021). Rodrigues, Vian e Teixeira (2021) estimaram ter ocorrido esse mesmo fenômeno no Brasil, ao pesquisarem a história de obras raras nas universidades gaúchas.

Há casos, porém, em que as coleções particulares doadas às bibliotecas e tomadas como patrimônio, foram desmembradas, organizando-se as obras raras segundo a classificação topográfica do conhecimento. Essa prática, que trata as obras individualmente, sem considerá-las como testemunhos da época em que foram produzidas, bem como dos interesses, da cultura e da posição social de quem as produziu e/ou adquiriu, acaba por camuflar o discurso, desassociá-lo do contexto original e ocultar a ideologia que o produziu, o que é objeto da AD.

Além do processamento técnico, individual ou em conjunto e contextualizado, o próprio título que as bibliotecas as atribuem, chamando-as de “raras”, reproduz um discurso. O que se aponta aqui, é a possível confusão que esses títulos podem causar, uma vez que fundamentam-se em categorias dadas por uma única cultura, a Ocidental. Desse modo, os sentidos atrelados a palavras como “raro”, ou “patrimônio”, em instituições cuja missão é proteger as diversas expressões culturais, do passado e atuais, acabam atribuindo maior peso e visibilidade a apenas uma forma de registro de conhecimento e memórias, assim como discutido por García Gutiérrez (2011) a respeito da epistemologia e da técnica da classificação na área de Organização do Conhecimento.

Os discursos proferidos nessas obras, conseqüentemente, ganham o peso de fontes de “memória”, influenciando as representações sobre o passado das coletividades. Tendo isso em vista, Pedraza-Gracia (2014) alertou que os bibliotecários vêm ignorando o potencial social de livros e coleções históricas nas comunidades, não levando em conta efeitos que acervos antigos, ou bibliotecas em edifícios históricos, causam nos indivíduos.

No intuito de produzir uma mediação da informação voltada à decolonialidade, então, deve-se evidenciar os processos históricos intencionais que possibilitaram que essas obras viessem a ser consideradas patrimônio, assim como sugerido por Juvêncio (2012). Nesse sentido, a AD pode servir para elucidar a quais grupos e ideais serviu a eleição dessas fontes como monumentos/patrimônio, e se ainda servem a esses, contribuindo para as desigualdades sociais no presente.

3.2 Análise de discurso como método para a interpretação de sentidos

A teoria da AD surgiu entre os pensadores da França das décadas de 1960 e 1970, tendo sido Foucault o primeiro a repensar discurso naquela circunstância. Segundo Orlandi (1988) *apud* Pereira (2007, p. 211), na obra de Michel Foucault, o discurso tem a finalidade de “assegurar a permanência de uma certa representação, pois na origem de todo discurso existe o projeto totalizante de um sujeito, projeto que o converte em autor.”

Essa função do discurso, em Foucault, está em consonância com a sua compreensão por Michel Pêcheux. Ambos fizeram parte da corrente francesa da teoria em AD, mas foi Pêcheux quem elaborou que a linguagem materializa a ideologia e essa manifesta-se na língua, num ciclo que produz diferentes sentidos para as palavras ao longo do tempo (Barros, 2023). Para o autor (Pêcheux *apud* Barros, 2015, p. 85), esse método de análise necessitaria, como base epistemológica, além do materialismo histórico, da linguística e da teoria do discurso, a abordagem psicanalítico-ideológica do sujeito.

O discurso, na AD, consiste numa rede de sentidos estruturada na língua, a qual é conformada pela história e permeada pela ideologia (Pêcheux, 2008 *apud* Barros, 2015). Um texto é visto como uma das possibilidades de representação do discurso e não teria sido produzido por um autor, mas por um conjunto de vários atores sociais que atuam politicamente, conforme a

ideologia que os motiva. A esse conjunto que “sujeita”, e “assujeita-se”, pela ideologia, chamou-se sujeito produtor do discurso (Orlandi, 2015). Ideologia, por sua vez, não é entendida como uma visão de mundo, mas como o conjunto dos próprios sentidos de realidade produzidos pelo sujeito, e que o produzem, por meio da língua e da história, de modo que “o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (Orlandi, 2015, p. 13).

Ao fazer a AD, busca-se, pela relação entre a linguagem e a sua exterioridade, a forma como a ideologia se manifesta, estabelecendo diferentes sentidos a palavras e enunciados ao longo do tempo-espço, ao que se denomina formação discursiva (Orlandi, 2015). É pela existência da formação discursiva que alguns discursos são legitimados, como uma força definidora do que que pode e deve ser dito, a partir de uma certa posição, em determinada conjuntura sócio-histórica.

Para realizar a AD, cumprem-se etapas que permitem passar do material empírico (texto) ao discurso. A primeira etapa consiste na escolha de uma superfície linguística, o recorte feito pelo analista a partir do material de linguagem coletado, de acordo com a questão que ele procura responder, o que não esgota as possibilidades de análise desse material.

A segunda etapa da análise parte da materialidade linguística para a “superficialização do discurso”, quando é determinado quem está falando, como, em que circunstâncias, entre outras pistas da “instância de enunciação” (Orlandi, 2015, p. 76). Pelo trabalho com paráfrases, sinonímia, polissemia, e o que foi dito/não dito, por exemplo, são evidenciados os processos de significação concernentes ao “esquecimento número 2” (Orlandi, 2015, p. 63).

A terceira etapa da análise busca passar do processo discursivo para a formação ideológica, por meio da dessintagmatização, dos efeitos subconscientes que mantêm as posições e relações de poder, no âmbito do “esquecimento número 1” (Pêcheux; Fuchs, 1975 *apud* Barros 2017). Por conseguinte, deve-se explorar as concepções que possam estar vinculadas ao corpus, valendo-se, inclusive, de reflexões sobre o seu contexto de criação – influência da psicanálise em Pêcheux –, e do questionamento de suas intenções – base na teoria crítica.

Considerando esses aspectos, poderia-se fazer um paralelo entre a teoria do discurso desenvolvida por Pêcheux e a CI, além do fato de que Pêcheux

preocupava-se com um efeito colateral alienante dos sistemas de informação documentária (Pereira, 2007). Apesar da análise documental da CI procurar representar de forma neutra os vários componentes da informação (como dados de origem, conteúdo e uso), pela teoria crítica – aplicada na AD –, entende-se que todo esse processo é profundamente influenciado pela ideologia na qual o analista, e o sistema utilizado para organizar a informação, estão imersos (Barros, 2023).

Elegeu-se a AD como método para o estudo, por ser um campo interdisciplinar com enfoque nas construções ideológicas presentes nos textos (Barros, 2015). Desfiando a linguagem utilizada nos documentos, para alcançar o discurso transmitido e identificar a permanência de certas representações, a AD ocupa-se da “determinação histórica dos processos de significação” (Pereira, 2007, p. 22). Visto que a linguagem é historicamente determinada, entende-se que as representações percebidas podem ser problematizadas para suscitar novas narrativas memoriais, no processo de mediação da informação envolvendo acervos raros. Isso, porque de forma bastante modesta, a AD tem sido crescentemente aplicada como técnica de pesquisa na CI no Brasil (Castanha; Lima; Martinez-Ávila, 2017; Castanha; Lima, 2018).

As obras de uma coleção de obras raras, então, podem repercutir diferentes efeitos na atualidade, mediante a formação discursiva à qual se filia. A começar pelo título de “rara”, depreende-se que há, pelo menos, um discurso latente no seu acesso, atribuído *a posteriori*, quando passa pela seleção do que é valioso sobre o passado. Porém, prevê-se que haja outros discursos, decorrentes do contexto histórico e social de sua origem.

3.3 Do documento ao discurso

“Breve notícia sobre tres esqueletos de indigenas brasilienses da Província de Santa Catharina” trata-se de um folheto de dez páginas, além de capa, cuja digitalização está disponível no catálogo *on-line* da BU/UFSC (Schutel, 1875) e que, devido aos dados e descrições que veicula, sugere hipóteses ideológicas da época de sua publicação. Pelas datas e nomes citados no folheto, e na nota do Dr. Henrique Schutel em sua última página – fazendo menção à repercussão do trabalho com o qual participou da Exposição Nacional de 1867 –,

depreende-se que se trata de um relato do seu filho, Dr. Duarte Schutel, sobre a origem dos esqueletos expostos.

Na capa deste folheto são encontrados carimbo e anotação da BU/UFSC com data de aquisição do ano de 1980. Porém, pela história da BU/UFSC, e de suas coleções especiais, sabe-se que essa data corresponde apenas ao registro do exemplar no catálogo, pois as obras raras lá custodiadas provêm, principalmente, das bibliotecas das antigas Faculdade de Direito de Santa Catarina e Faculdade Catarinense de Filosofia, bem como da família Boiteux³, adquiridas pela UFSC por doação, ainda na década de 1960⁴. A Coleção de Raridades Catarinenses (CERC), da qual faz parte o folheto, tem sido utilizada como fonte de pesquisa, principalmente, por pesquisadores que escrevem obras sobre a história das cidades catarinenses, sobre eventos que envolveram o estado, e sobre as pessoas relacionadas a Santa Catarina. O acervo é mantido em sala de acesso restrito, com controle ambiental para a melhor conservação e a consulta é local, sob supervisão de funcionário da BU/UFSC, o que garante a segurança e, mesmo, certa reverência a suas obras.

Apesar de não haver marcas do itinerário do exemplar antes de seu registro na BU/UFSC, presume-se que tenha sido distribuído entre os homens que frequentavam os círculos da elite social e literária da capital da província/estado, que faziam parte do convívio da família Boiteux, e que vieram a fundar e frequentar as primeiras faculdades catarinenses.

Não é mencionada a data em que o texto foi escrito, mas o autor do relato, Dr. Duarte, refere-se ao ocorrido no ano de 1861, quando, após sua captura, três indígenas (dois meninos e uma mulher idosa) foram confiados aos cuidados de seu pai, quando os observou e descreveu seu comportamento e suas características físicas pelas duas semanas em que sobreviceram em sua

³ Os irmãos Hipólito, José e Lucas Boiteux foram políticos e intelectuais de relevo em Santa Catarina entre o final do século XIX e início do século XX, tendo ocupado funções no governo da província e do estado, tendo escrito sobre a história catarinense e participado da fundação de instituições como a Biblioteca Pública, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras. José Arthur Boiteux também foi desembargador e professor de Direito, tendo fundado a Faculdade de Direito de Santa Catarina. A biblioteca particular de José e Lucas foi doada à UFSC em 1967, mas o tratamento dos exemplares ocorreu muito tempo após, quando a BU/UFSC já se encontrava melhor estruturada.

⁴ Um dos autores deste trabalho é curador no Setor de Coleções Especiais da BU/UFSC e, em seu trabalho com a CERC, percebeu que, apesar da ausência de informações descritivas de grande parte de seus exemplares, era possível compreender, por marcas de proveniência, a origem do colecionismo das obras. A CERC foi formada na BU/UFSC com o título "Livros Catarinenses" (Souza *et al.*, 2002) desde a criação da Biblioteca, na década de 1960, sendo desenvolvida sob o escopo de reunir materiais que propiciem fontes sobre a história e a cultura do estado catarinense.

casa. O pai, Dr. Henrique, possivelmente orgulhoso do relato escrito pelo filho, sobre a origem dos esqueletos com que participou da Exposição Nacional, anos antes, parece ter encomendado a impressão do folheto à “Typographia Moreira, Maximino & C.”, à “Rua da Quitanda 111 e 120 A”, no Rio de Janeiro, que dedicava-se a obras de ciências médicas. O registro do título no catálogo da Biblioteca Nacional, onde são encontrados quatro exemplares, revela ter havido a impressão também pela “Typographia de Pinto, Brandão & C.”, no mesmo ano, 1875. Contudo, não foi encontrada a tiragem de ambas edições. Uma vez impresso, o folheto provavelmente foi distribuído entre os grupos sociais dos quais fizeram parte, pai e filho: políticos, membros da maçonaria, e demais “homens de Letras” da Província e do Rio de Janeiro.

O pai, Henrique Ambauer Schutel (Milão, 1805 – Rio de Janeiro, 1885), foi um médico de origem suíça cuja família radicou-se na Itália. Empreendedor, Dr. Henrique também foi um dos pioneiros da imigração italiana no Brasil ao estabelecer a empresa de colonização que estabeleceu o primeiro assentamento italiano em Santa Catarina. Por ser conhecido como um homem culto, falante de vários idiomas, além de ser médico e homem de posses, exerceu funções no governo da Província, sediado em Desterro (antiga Florianópolis). O filho, Duarte Paranhos Schutel (Desterro, 1837 – Florianópolis, 1901), nascido três anos após a chegada do pai a Desterro, foi militar, médico e político. Exerceu a atividade de jornalista e fomentou a imprensa e as letras no estado, tendo sido proprietário do jornal “A Regeneração”, inaugurado em 1868. Escreveu livros de crítica literária, história de Santa Catarina e memórias políticas, de modo que foi homenageado como patrono da 7ª cadeira da Academia Catarinense de Letras. Ocupando vários cargos políticos em Santa Catarina, Dr. Duarte Schutel chegou a presidir a província em seu mandato de vice-presidente.

À época do evento descrito no folheto, Duarte Schutel contava com vinte e quatro anos, já era formado em Belas Letras e em Medicina, e retornava a Desterro, junto ao pai, onde participava de eventos da elite intelectual e política catarinense. O seu folheto, provavelmente, foi dado a outros proprietários de terra e donos de companhias colonizadoras, entre os políticos que intentavam promover o “progresso” nesta província e queriam saber o que lhes aguardava ao se depararem com mais indígenas pelo interior do território.

E Henrique Schutel parece ter buscado promover o texto do filho, assim como a sua própria “coragem” em acolher e civilizar os indígenas remanescentes daquele grupo e em descrevê-los como um naturalista o faria. Era a época da colaboração do alemão radicado em Santa Catarina, Fritz Müller, com o inglês Charles Darwin, por correspondência, no ano de 1864. A teoria evolucionista, então vinha à tona, e alguns grupos a interpretaram de modo a reforçar seu ideário de superioridade branca, em relação a populações com outras colorações de pele.

Do texto do folheto, foram selecionados enunciados cuja análise pudesse responder qual o discurso em torno do uso dos esqueletos dos indígenas nas exposições nacionais e universais do século XIX, como demonstrado nos **Quadros 1 e 2**.

Quadro 1 – Análise discursiva de Schutel (1875)

Enunciação / superfície-linguística
<p>“o Exm. Presidente, enviou uma escolta de soldados commandados por um tenente a fim de proteger os habitantes, bater os mattos e capturar os indigenas malfeitores” (p. 3).</p> <p>“Efeito terrível daquelle estado de completa barbaria, em que vivem esses desgraçados, que os faz procurar na morte remedio prompto á menor contrariedade que os assalta. E não valle pensar que levada pelo amor extremo á liberdade selvatica de sua vida, quizesse isentar a creença da escravidão, mas a felicidade o aguardava: – era antes a ferocidade do animal indomavel do que o rasgo de heroico desforço da liberdade” (p. 6).</p>
Esquecimento nº 2 / paráfrases
<p>“[...] estado de completa barbaria, em que vivem esses desgraçados” “[...] á menor contrariedade que os assalta.” “[...] a ferocidade do animal indomavel”</p> <p>Quem não se comporta como os brancos cristãos, é bárbaro, não possuiria moral, agiria instintivamente ou por mau caráter. Não haveria cultura nem sentimentos a serem valorizados naqueles que eram pagãos. Por sua raça inferior, os indígenas não teriam noção de felicidade ou sofrimento, agiriam como animais irracionais, incapazes de avaliar o benefício que a civilização europeia os proporcionaria.</p> <p>Por sua contrariedade em obedecer, em ceder à ocupação do território, em converter-se à religião e subjugar-se à lei dos homens ditos civilizados como servos, poderiam, ou mesmo deveriam, ser eliminados.</p>
Discurso / Esquecimento nº 1
<p>Num contexto em que a escravidão era permitida no Brasil há mais de três séculos, e as primeiras pessoas a terem sido escravizadas foram os indígenas, era aceitável e até esperado que o imigrante branco descrevesse com repúdio as condições de vida dos povos originários neste território.</p> <p>O enunciado é um recorte de uma comunicação científica, um documento público e, portanto precisava estar de acordo com as leis morais instituídas pela Igreja (seja a católica ou protestante), segundo as quais era uma falta (pecado) viver sem estar batizado, sob os preceitos morais dos europeus. Encontrar pessoas que não reconhecessem e temessem o seu deus</p>

causava medo e revolta nos europeus, pois sabiam manipular a ideologia cristã na sociedade de forma a manter sua posição social e econômica privilegiada.

Enquanto o europeu que tinha posses podia explorar os mais pobres porque, se as possuía, era um "direito divino" (ou por mérito, resultado de seu trabalho e de seus ancestrais, na ideologia protestante), aos indígenas era natural que os recursos fossem compartilhados, ou dados a quem estivesse precisando.

Para o governo da província e as empresas de imigração, não era uma opção deixar os indígenas viverem dispendo livremente dos recursos naturais: havia um projeto de exploração dos recursos deste território, de expropriação de tudo o que pudesse manter os indígenas em sua cultura, paralelamente ao homem moderno e a manutenção de seu *status quo*.

O estranhamento diante da liberdade e autonomia que os indígenas apresentavam em relação ao meio ambiente, ou mesmo na relação com o seu corpo e de seus companheiros era ameaçador para o homem branco, de modo que era necessário tratá-los como animais, seres a se observar e procurar na sua morfologia as razões para a sua dita "inferioridade" tecnológica e moral. Por isso, a descrição do comportamento e da constituição física desses três indivíduos acompanhava os seus esqueletos como trabalho científico.

Fonte: elaborado pelos autores (2024) a partir de Schutel (1875).

A partir do **Quadro 1**, observam-se alguns dos componentes da ideologia colonial escravagista, da superioridade branca, e de sua intenção civilizatória, a qual se materializa na menção ao dever de se proteger os colonos dos ditos selvagens e malfeitores. A falta de alteridade e a supervalorização das características dos brancos é observável, ainda, na forma pela qual o autor compara os meninos indígenas, pois seria o mais inteligente, forte e belo, aquele de semblante com traços mais próximos aos dos europeus (**Quadro 2**).

Quadro 2 – Análise discursiva de Schutel (1875)

Enunciação / superfície-linguística
"As feições de seu rosto [de Djalma] eram delicadas, cutis fina e pelle mais clara que a de João [...] tinha as mãos bem feitas, os dedos torneados e elegantemente afunilados. De suas maneiras de distincção, e destes caracteres phisicos já como transparecia uma origem mais nobre e elevada pelo poder e mando [...]" (p. 7).
[...] seu moral [de João] menos forte não era tão aprehensível." (p. 7).
"João tinha as feições grosseiras, [...] dominava um certo acanhamento e modos de submissão que bem denotavam a classe servil a que pertencia: tanto é verdade que as condições sociaes mais ou menos transmitidas nas gerações, amesquinham-n'as ou as engrandecem phisicamente, como é fácil vêr no seio da civilização ainda hoje apesar da extinção progressiva das classes." (p. 7-8).
"É impossível fazer ideia do asseio que estas duas creanças guardavam com seu corpo [...] lavarem o rosto, a cabeça, pescoço, as mãos e braços, bochechando repetidamente e limpando os dentes: a facilidade e geito [...] indicava longa pratica desta usança." (p. 9).
Esquecimento nº 2 / paráfrases
"[...] cutis fina e pelle mais clara que a de João [...] tinha as mãos bem feitas [...] De suas maneiras de distincção, e destes caracteres phisicos já como transparecia uma origem mais nobre e elevada pelo poder e mando."

"[...] as condições sociais mais ou menos transmitidas nas gerações, amesquinham-n'as ou as engrandecem fisicamente"

"[...] seu moral [de João] menos forte"

"É impossível fazer ideia do asseio que estas duas crianças guardavam com seu corpo [...]"

O indígena capturado que mais se assemelha ao homem branco é, hipoteticamente, nobre dentre os seus. Aquele que se comporta como nós, parecendo mandar, sem ter sido tão exposto à natureza, é mais esperto, tem "alguma moral".

Não era esperado pelo médico, que os indígenas cuidassem da higiene do seu corpo mais que os brancos, pouco lhes deveria importar se lavar, pois que são animais vivendo na selva.

Discurso / Esquecimento nº 1

O homem branco europeu compara os demais a si para estimar a moral e a nobreza do outro, colocando-se como centro da humanidade. Coloca-se como parâmetro para classificar a população dos demais territórios, como se a falta de semelhança consigo justificasse a sua submissão ou sua eliminação.

O ideal de "branqueamento," e afastamento dos trabalhos braçais (perda do contato íntimo com o meio ambiente), como medida do desenvolvimento de uma sociedade, está implícita na descrição do indivíduo de pele mais clara e mãos delicadas.

Contudo, há perplexidade diante do fato de que as crianças indígenas são asseadas, pois seu imaginário os contrapõem a tudo o que seja "limpo", "puro", próprio à Igreja, à ausência de sexualidade, ou à nobreza.

Fonte: elaborado pelos autores (2024) a partir de Schutel (1875).

4 DISCUSSÃO

A obra analisada provém da elite catarinense no século XIX, uma pequena parcela da população da província, mas politicamente hegemônica. Esse contexto de origem da obra é relevante à mediação da informação, pois carrega sentidos que transparecem o ideal vigente de embranquecimento da população brasileira por meio do povoamento do interior por europeus, notadamente alemães e italianos, e a promoção dessa colonização pelo Estado.

Os negócios do Dr. Henrique e de seu filho, Dr. Duarte Schutel, dependiam da consolidação do povoamento italiano nas terras que lhes foram designadas pelo Governo e fazia parte das suas atividades mandar homens para "caçar" e exterminar os indígenas que interferissem no estabelecimento dos seus colonos. Para os Schutel, assim como para os demais "cidadãos" da província em meados do século XIX, os indígenas que aqui habitavam eram um obstáculo à "modernização" dessa terra, não sendo admissível que roubassem alimento das propriedades em que os colonos estavam produzindo, tampouco provocassem medo em suas famílias.

A questão religiosa, para a qual o indígena não convertido era um pecador, permeava o Estado e todas as demais áreas da vida social, sendo um motivo para a sua submissão ou seu extermínio. Aliadas a esses preconceitos morais, mais populares, havia, concomitantemente, a divulgação de teorias esdrúxulas como a de Cesare Lombroso, no campo da medicina forense; e a interpretação errônea sobre a teoria evolucionista de Darwin, que, apoiadas no paradigma da razão positivista, reforçavam a suposição de que matar os indígenas, ou escravizá-los, não era um problema para os Schutel.

Por meio do objeto abordado, portanto, entrou-se em contato com a ideologia de raças humanas⁵, utilizada pelos intelectuais brasileiros no século XIX na defesa do projeto de branqueamento da população (Ferreira; Costa, 2011; Marta, 2006; Sovik, 2021). Escritos daquela época animalizavam e objetificavam corpos diferentes do padrão europeu, num contexto histórico-social em que não era punido quem os usasse em experimentos científicos ou como atrações em exposições (Montechiare, 2020).

Embora o povoamento de terras catarinenses por europeus tenha vigorado somente após o começo do século XVIII, praticamente extinguiu os Carijós, que habitavam a costa, além de grupos Xokleng e Kaingáng que viviam mais afastados do litoral (IPHAN, 2011; Souza, 2013). No século XIX, quando do incentivo do Império brasileiro à colonização italiana e alemã, o modo de vida dos imigrantes, apropriando-se da terra e derrubando a floresta, reduziu as condições de sobrevivência dos indígenas, os quais viviam se deslocando em busca de alimento. Famintos, os indígenas assaltavam plantações e criações, o que reforçava o preconceito dos imigrantes sobre seres selvagens, incapazes do convívio com a sociedade (Selau, 2006; Nötzold; Souza, 2011). Pelas representações que os imigrantes construíam dos indígenas, era justificável reagir à sua aproximação com violência, além de ser estimulado pelas autoridades. Essas representações estão documentadas em jornais da época, como as transcritas em Silva (1959) e Kilian (1977).

Na época do relato, os naturalistas estavam formulando a teoria da evolução das espécies e verificando o mecanismo de seleção natural. Havia

⁵ Posteriormente, essa ideologia se apropriou da teoria de seleção natural das espécies de Charles Darwin (1859 *apud* 2009).

ânsia em registrar e contar ao mundo do território e das formas de vida que aqui habitavam, como explica Rodrigues (2007, p. 185):

O século XIX foi marcado pela vinda da Família Real de Portugal para o Brasil. Como consequência, abriram-se os portos, criou-se a imprensa e fundaram-se instituições de ensino e de pesquisa que perduram até nossos dias. A exploração científica da América do Sul iniciada por Humboldt ganhou impulso com a abertura dos portos. [...].

Assim, essas obras científicas descrevem, por meio de textos e ilustrações, seres humanos, animais, plantas e o meio-ambiente onde se encontravam representados. [...].

Essas descobertas foram aproveitadas pelos Estados europeus como prova de sua "selvageria", o que justificaria sua ambição imperialista. As teorias criadas em torno da evidência de evolução das espécies suscitaram ideias de "aprimoramento" da população pela seleção de "raças", as quais culminaram na teoria eugênica de Galton (Cont, 2008), e que influenciaram o pensamento predominante entre a sociedade brasileira no início da sua industrialização (Boarini; Yamamoto, 2004).

O discurso identificado na obra, apesar da sua finalidade científica, revela a ideia de que não há, dentre os indígenas, pensamentos ou sentimentos considerados humanos ou civilizados. Em vista disso, o autor coloca uma suposta tentativa de assassinato do neto pela idosa, como resultado da "ferocidade do animal indomável" (Schutel, 1875, p. 6), ao invés de uma consequência da integridade e do princípio de liberdade que poderiam ser constitutivos de sua cultura. Implícita no discurso, está a noção de que é um direito dos homens brancos escravizar o indígena e, se não o aceitam de bom grado, é porque são imaturos a ponto de não tolerarem a contrariedade (Schutel, 1875, p. 6).

Revela-se a "universalidade fundada numa comunidade da razão", a mesma que pôde ser detectada nos escritos do período helênico, 19 séculos antes (Kristeva, 1991 *apud* França, 2001, p. 4):

[...] O orgulho da sabedoria engendra um novo estrangeiro – aquele que não alcança a virtude, que se revela incapaz de interpretar as leis; aquele que se exclui da comunidade da razão. A distinção do outro se vê eclipsada numa apologia de um determinado modelo, uma moral que apenas percebe a alteridade para negá-la. O cosmopolitismo grego opera uma mudança ainda mais profunda nos critérios de inclusão e de igualdade entre os homens, ao estabelecer os próprios critérios da sua humanidade.

O menino Djalma teria mais chances de ser valorizado como igual ou próximo, pelos Schutel, pois na apreensão da realidade pela mente do

européu, possuía feições, posturas e comportamentos característicos de classes favorecidas nas relações de poder: olhos ávidos que não demonstravam temor, mas interesse por interagir e aprender a cultura invasora, pele mais clara, traços mais finos. Então, Djalma é tomado como nobre dentre os seus, em detrimento de João, de olhar baixo, ombros encolhidos, pele mais escura e áspera, corpo magro e de traços menos afinados (Schutel, 1875, p. 7-8).

Os enunciados do **Quadro 2** revelam o imaginário de que os indígenas não poderiam ter mais higiene do que a cultura ocidental e, pela forma espontânea e autônoma com que os meninos praticavam o asseio corporal diariamente, esse deveria ser cotidiano entre todos do seu convívio (Schutel, 1875, p. 9). Não era bem estabelecida, nem compreendida pelos médicos da época de Henrique Schutel, a importância do hábito de limpeza de mãos e boca, em especial antes e depois das refeições, como faziam os meninos indígenas. Lavar as mãos para sentar-se à mesa era uma etiqueta social observada apenas dentre a elite branca, em sua visão eurocêntrica.⁶ A ideologia de superioridade civilizatória apareceu, dessa vez, não na confirmação do preconceito racial, mas na quebra de expectativa quanto a um asseio pessoal menos cuidadoso e frequente que o seu.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema levantado neste artigo refere-se à interpretação dos sentidos do patrimônio bibliográfico pelo profissional da informação, visando uma mediação consciente e a apropriação da informação de modo a promover a discussão sobre a reparação de injustiças históricas e, assim, possibilitar novas representações no processo de elaboração da memória e da identidade social. Para ilustrar uma forma de resolvê-lo, foi proposta a AD sobre uma obra rara do patrimônio bibliográfico catarinense custodiada pela BU/UFSC. Preliminarmente, foram discriminadas as concepções de patrimônio e AD adotadas na proposta; e foi caracterizado o contexto de produção e circulação da obra, por meio da investigação de quem era o sujeito autor e o seu meio social.

⁶ Foi em 1882 que se relacionou uma bactéria a uma doença, a tuberculose, pela primeira vez. Apenas a partir disso, é que a ciência ocidental descobriu como o hábito de se lavar, como os indígenas já o faziam, é capaz de prevenir inúmeras infecções, principalmente dermatológicas e dos tratos digestório e respiratório.

Para além do discurso presente em um exemplar isolado do patrimônio bibliográfico, a abordagem decolonial na mediação da informação faz com que se questione a própria classificação desses acervos provenientes de elites intelectuais brancas, escravagistas, cristãs etc., como “obras raras”. A AD neste caso, inicia pela nomeação das coleções, a qual lhes atribui uma importância que precisa ser relativizada. É preciso respeitar as fontes, independentemente de seu viés, porém, sabe-se que a linguagem é o meio de elaboração da realidade pelos sujeitos, e as classificações e categorias cúmplices das realidades que precisam ser modificadas, podem ser repensadas. A biblioteca universitária, como instituição que se propõe a participar da vanguarda do conhecimento e dos avanços em termos de justiça social, precisa dar o exemplo nessa crítica ao próprio acervo, por meio de seus profissionais. É preciso que conheçam as obras, os discursos que emitem e dialoguem com os pesquisadores e leitores sobre seu caráter retrógrado.

A palavra “patrimônio” também deveria ser “desclassificada”, na medida em que a herança cultural não é, nem nunca foi, transmitida apenas pelos homens e patriarcas. A AD evidencia, portanto, que coleções bibliográficas como essa em que o folheto de Schutel (1875) está custodiado, na BU/UFSC, precisariam ser nomeadas por outro signo, ou que fossem estabelecidos “avisos de gatilho”, em seu entorno, lembrando ao leitor que “patrimônio”, apesar do peso que carrega em seu significado, não é sinônimo de legitimidade.

A mentalidade predominante no estado, na época em que nosso objeto de análise foi publicado (Schutel, 1875), provavelmente, era “limpar” a terra da presença das populações originárias e, para aqueles intelectuais mais atentos à ciência e ao progresso, haveria um gozo em estabelecer um relacionamento com alguns indígenas inofensivos que sobrevivessem: era motivo de curiosidade, como se estivessem realizando um experimento com algum animal selvagem, como se fossem mais um naturalista a provar a suposta “evolução racial”. Apesar da perversidade desse discurso, percebida na atualidade, ele está presente no que é considerado patrimônio bibliográfico catarinense e, portanto, compõe a sua diversidade cultural, devendo ser reconhecido dentre as fontes para a memória sobre o estado.

Mesmo que antigas, as narrativas eugenistas costumam ser continuamente retomadas no Brasil, por vezes se utilizando de veiculações negacionistas e revisionistas, atualmente alavancadas pelas redes sociais digitais. Ainda hoje estão ativos os conflitos por terra em nosso país, principalmente no que concerne aos efeitos de uma bancada parlamentar ruralista promovendo a ideia de que indígenas fazem mal uso, ou não merecem, o território em que estão aldeados. A pequena parcela da população indígena remanescente daqueles que habitavam Santa Catarina há duzentos anos continua sofrendo os efeitos da ideologia colonial veiculada em Schutel (1875).

Por outro lado, para além da obra de responsabilidade dos Schutel, nota-se que há conhecimentos científicos sendo utilizados para enaltecer e perenizar as mesmas características biológicas e psicológicas humanas, que aquelas da época da colonização europeia: peles sem manchas de sol, vestimenta e comportamentos padronizados, busca pelo sucesso financeiro, pelas posses materiais, a ilusão da meritocracia *etc.* Então, a cultura das populações indígenas, ao não obedecer à lógica de mercado, evidencia a dificuldade em se promover sociedades realmente inclusivas. Sejam Estados Unidos da América, sejam China e Coréia do Sul como líderes desse novo imperialismo, ainda está-se imerso na colonialidade dada pelas mídias e a homogeneização dos modos de vida.

Em vista dessa conexão entre imperialismo, colonialidade e acervos históricos, há muito pelo que os bibliotecários podem trabalhar, buscando formas de atuação por uma virada decolonial a partir das obras de que são curadores. E uma dessas formas pode ser lendo o que está além do texto, com a observação contextualizada do patrimônio sob sua custódia. A AD proporciona a identificação dos discursos contidos no patrimônio bibliográfico, ou seja, serve a uma mediação consciente da informação na medida em que busca desvendar os efeitos das obras e das coleções sobre os sujeitos. Esse tipo de mediação do patrimônio promove a sua preservação, pois o leitor verifica como é preciso evidenciar a formação ideológica em determinada época, para que se enxergue que ainda não há “passeidade do passado” (Bevernage, 2021). Enquanto não forem superados os discursos da colonialidade verificada

em Schutel (1875), dar acesso, fomentar sua descoberta, e discutí-la, permanece como um compromisso social do responsável pela mediação.

Assim, identificar os discursos evocados nas obras literárias é útil na busca de discursos que apenas beneficiam a conservação de privilégios nas relações de poder baseadas na cor da pele, no gênero, na orientação sexual, na capacidade mental, na crença religiosa ou na falta dela, no local de nascimento *etc.* Especificamente, a AD aplicada a uma obra rara considerada patrimônio histórico e cultural de Santa Catarina, buscou promover a reflexão sobre um discurso que provinha do grupo social hegemônico no estado no século XIX, e propiciar a valorização da multiplicidade de grupos humanos que habitaram o território e formaram a sua população.

REFERÊNCIAS

BARROS, Thiago Henrique Bragato. Discurso, documento e arquivística: trajetória de uma área. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2017. Disponível em: <https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/35555/18547>. Acesso em: 05 nov. 2023.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. Michel Pêcheux's Discourse Analysis: an approach to Domain Analyses. **Knowledge Organization**, [s.l.], v. 50, n. 1, p. 3-10, 2023.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. Por uma metodologia do discurso: noções e métodos para uma análise discursiva. In: BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso**: inflexões histórico-conceituais. São Paulo: Editora UNESP : Cultura Acadêmica, 2015. p. 73-95.

BEFFA, Maria Lucia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Patrimônio bibliográfico e documental: o papel das bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., Salvador, 2018. **Anais [...]**. FEBAB: Salvador, 2018. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5714>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BEVERNAGE, Berber. 'A passeidade do Passado': reflexões sobre a política da historicização e a crise da passeidade historicista. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 21–39, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/69673>. Acesso em: 04 jan. 2024.



BOARINI, Maria Lúcia; YAMAMOTO, Oswaldo H. Higienismo e Eugenia: discursos que não envelhecem. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 13, n. 1, 2004. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-418250>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CASTANHA, Renata Cristina Gutierrez; LIMA, Larissa de Mello. Estudo das comunidades discursivas formadas pela interdisciplinaridade entre as áreas de ciência da informação e análise do discurso. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 12, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7214>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CASTANHA, Renata Cristina Gutierrez; LIMA, Larissa de Mello; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. Análise do discurso sob a perspectiva bibliométrica nos estudos de Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 17–37, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22484>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CASTRO, Jetur Lima de; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e reconhecimento intersubjetivo: aproximações teóricas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/87251>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade : Unesp, 2006.

CONT, Valdeir. Francis Galton del: eugenia e hereditariedade. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201–218, abr. 2008. DOI <https://doi.org/10.1590/S1678-31662008000200004>.

DUQUE-CARDONA, Natalia Duque. ¿Ciencia de la Información para qué y para quién? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia de la Información en el contexto universitario. In: DUQUE-CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Epistemologias latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

FERREIRA, Rubens da Silva; COSTA, Érica Elaine. Compreendendo a imigração espanhola no Pará (1896-1899): um estudo a partir das passagens grátis como fontes de informação. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6175>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Discurso de identidade, discurso de alteridade: o Outro por si mesmo. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga (coord.). **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Relatório de projeto. Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <https://doceru.com/doc/n1cc5e80>. Acesso em: 10 fev. 2024.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Desclassificação na organização do conhecimento: ensaio pós-epistemológico. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v23n1/a01v23n1.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Proyectar la memoria: del ordo nacional a la reapropiación crítica. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, 2003. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6384>. Acesso em: 21 jan. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1–23, 2020. DOI <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57047>.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. **O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina**. Brasília (DF): Iphan, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/o_patrimonio_cultural_da_imigracao_santa_catarina.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Símbolos e representações: a biblioteca “do” Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 132, [s.n.], 2012. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_2012_00132.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

KILIAN, Frederico. Ataque dos índios na Colônia de Blumenau e Bacia do Rio Itajaí: segundo os relatos dos jornais da época. **Blumenau em cadernos**, Blumenau, v. 18, n. 3, mar. 1977; p. 93-94. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1977/BLU1977003.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MARTA, Amoroso. Crânios e cachaça: coleções ameríndias e exposições no século XIX. **Revista de História**, São Paulo, [s.n.], n. 154, p. 119-150, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19024>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MONTECHIARE, Renata. Pessoas mortas vivendo em museus: os ‘objetos-humanos’ do Museo Nacional de Antropología, de Madrid. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 15, n. 1, e20190056, 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0056>.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; SOUZA, Andreia Mendes de. Encontros e desencontros: colonos e indígenas no povoamento de Santa Catarina. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 14, n. 29, p. 17-25, 2011. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/197/pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. **Revista General de Información y Documentación**, v. 21, 2011, p. 291–312. DOI https://doi.org/10.5209/rev_RGID.2011.v21.37427.

PEDRAZA GRACIA, Manuel José. Algunas reflexiones sobre bibliotecas históricas o patrimoniales: nuevo paradigma entre los centros y servicios de información. **Investigación Bibliotecológica**, [s.l.], v. 28, n. 64, 2014, p. 33-50. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2014000300003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 jan. 2024.

PEREIRA, Edmeire Cristina. O "Cavalo de Tróia" de Michel Pêcheux: uma breve reflexão sobre a análise automática do discurso. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 3, 2007. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6280>. Acesso em: 05 jan. 2024.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, out. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>. Acesso em: 03 ago. 2015.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas na literatura nacional e estrangeira. **Transinformação**, Campinas, v. 29, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/5991>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; KARPINSKI, Cezar. For a decolonial social epistemology. **Transinformação**, Campinas, v. 33, [s.n.], p. e200039, 2021. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/5839/3637>. Acesso em: 18 jan. 2024.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil. O espelho do tempo: uma viagem pelas estantes do acervo de obras raras da Biblioteca de Manguinhos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 180–194, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23524>. Acesso em: 08 fev. 2024.

RODRIGUES, Marcia Carvalho; VIAN, Alissa Esperon; TEIXEIRA, Heytor Diniz. Bibliotecas universitárias e obras raras: um estudo sobre as coleções especiais gaúchas. **BIBLOS**, Rio Grande, v. 35, n. 2, 2021. DOI 10.14295/biblos.v35i2.12691.

SANTOS, Raquel do Rosário; SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Os valores pragmático, afetivo e simbólico no processo de mediação consciente da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 343-362, jan./mar. 2021. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40808/pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SCHUTEL, Duarte Paranhos. **Breve notícia sobre tres esqueletos de indigenas brasileiros da Província de Santa Catharina (Brasil), 1867**. Rio de Janeiro: Typ. Moreira, Maximino, 1875. 11 p. Disponível em: http://www.bu.ufsc.br/projeto_obras_raras/46094.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925): resistência e extermínio**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, J. Ferreira da. Indígenas da Bacia do Itajaí. **Blumenau em cadernos**, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 61-65, abr. 1959. Disponível em: http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1959/BLU1959004_abr.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 67-86, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22695>. Acesso em: 8 fev. 2024.

SOUZA, Evandro André de (org.). **A Ilha de Santa Catarina no século das grandes navegações**. Indaial: Uniasselvi; Florianópolis: Insular, 2013.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. Patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 3, 2009. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6239>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SOVIK, Liv. Imaginários universais, racismo e branquitude no Brasil: uma história ainda por contar. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 61-76, jul./dez. 2021. DOI <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.102202113276>.

CONTRIBUIÇÕES DAS PESSOAS AUTORAS

Informa-se nesta seção as funções de cada pessoa autora, de acordo com a [taxonomia CRediT](#), conforme orienta a página da revista PCI:

Função	Definição
Conceituação	Luciana Bergamo Marques; Cezar Karpinski
Curadoria de dados	—
Análise Formal	—
Obtenção de financiamento	—
Investigação	Luciana Bergamo Marques; Cezar Karpinski
Metodologia	Luciana Bergamo Marques; Cezar Karpinski
Administração do projeto	—
Recursos	—
Software	—
Supervisão	—
Validação	Luciana Bergamo Marques; Cezar Karpinski
Visualização [de dados (infográfico, fluxograma, tabela, gráfico)]	—
Escrita – primeira redação	Luciana Bergamo Marques
Escrita – revisão e edição	Luciana Bergamo Marques; Cezar Karpinski